

**A AUTORIA DE
LIVRO DIDÁTICO DE
GEOGRAFIA EM
PERNAMBUCO NO
SÉCULO XIX: UMA
RELAÇÃO ENTRE A
LEGISLAÇÃO E A
ELABORAÇÃO**

**THE AUTHORSHIP OF
TEXTBOOK OF
GEOGRAPHY IN
PERNAMBUCO IN THE
19TH CENTURY: A
RELATIONSHIP
BETWEEN THE
LEGISLATION AND THE
ELABORATION**

**AUTORES DE LIBROS
DIDÁCTICOS DE
GEOGRAFIA EN
PERNAMBUCO EN EL
SIGLO XIX: UNA
RELACIÓN ENTRE LA
LEGISLACIÓN Y SU
CREACIÓN**

**MARIA ADAILZA
MARTINS DE
ALBUQUERQUE***

**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
UFPB**
dadamartins@ig.com.br

* Professora Adjunto do
Centro de Educação

Agência Financiadora CNPq

Resumo: Estamos construindo junto ao grupo de pesquisa Ciência, Educação e Sociedade na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, uma pesquisa que tem como objetivo compreender a contribuição do livro didático para a história da geografia escolar. Nesta perspectiva estamos apresentando alguns resultados (ALBUQUERQUE, 2006, 2007 e 2008), neste trabalho destacaremos as primeiras análises sobre a relação entre a legislação que regia o ensino primário de geografia no século XIX em Pernambuco, a elaboração de livros didáticos que foram publicados na perspectiva do cumprimento da legislação vigente e a figura do autor naquele contexto histórico. Entre as publicações do século XIX, catalogadas no Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, um livro e uma lei nos chamaram a atenção: no ano de 1875, a lei número 1:143, art. 33 S 7º determinou às escolas daquela província a obrigatoriedade do “[...] ensino dos elementos de Historia e Geographia Universal. Historia e Geographia do Brazil, especialmente desta província.” No ano seguinte foi publicado um livro didático de geografia trazendo exatamente as determinações referidas na lei: *Elementos de Geographia universal - Geral do Brazil e especial de Pernambuco para a infância escolar da província de Pernambuco*, de autoria de Manuel Pereira de Moraes Pinheiro, editado pela Typographia Mercantil. Neste trabalho analisaremos a relação entre essa lei e a publicação desse material didático, buscando compreender o papel dos legisladores e dos autores de livros didáticos.

Palavras chave: Livro didático, História das disciplinas escolares, Ensino de Geografia, Autor e legislação.

Abstract: We are building along with the research group of Science, Education and Society in the Universidade Federal da Paraíba - UFPB, a research that has as an objective to understand the contribution of the textbook to the history of the school geography. In this perspective we are presenting some results (ALBUQUERQUE, 2006, 2007 and 2008), in this work we will highlight the first analysis about the relationship between the legislation that governed the primary teaching of geography in the 19th century in Pernambuco, and the elaboration of textbooks that were published in the perspective of the execution of the law and the author's figure in that historical context. Among the publications of the 19th century, classified in the Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, a book and a law called us the attention: in the year of 1875, the law number 1:143, art. 33 S 7th determined to the schools of that province the obligatory nature of the “[...] teaching of the elements of History and Universal Geography. Brazilian's History and Geography, especially of this province “. In the following year a geography textbook was published bringing exactly the determinations referred in the law: *Elements of Universal Geography - Brazil's General and special of Pernambuco for the school childhood of the province of Pernambuco*, written by Manuel Pereira de Moraes Pinheiro and edited by Typographia Mercantil. In this work we will analyze the relationship between the law and the publication of that didactic material, looking for to understand the role of the legislators and of the authors of textbooks.

Key words: Textbook, History of the school disciplines, Teaching of Geography, Author and legislation.

Resumen: El objetivo de la investigación que estamos desarrollando en el grupo Ciencia, Educación y Sociedad de la Universidad Federal de Paraíba (UFPB) es comprender la contribución del libro didáctico con la historia de la geografía escolar. Ya hemos presentado algunos resultados (ALBUQUERQUE, 2006, 2007, 2008) y en este artículo destacamos los primeros análisis de la relación entre la legislación de la enseñanza primaria de geografía en el siglo XIX en Pernambuco, la elaboración de libros didácticos que fueron publicados cumpliendo la ley y la figura del autor en su contexto histórico. De las publicaciones del siglo XIX, catalogadas en el Gabinete Português de Lectura de Pernambuco, un libro y una ley nos llamaron la atención: en el año 1875 la ley número 1:143, art. 33 S 7º determinó a las escuelas de aquella provincia la obligatoriedad de la “[...] enseñanza de los elementos de Historia y Geografía Universal. Historia y Geografía de Brasil, especialmente de esta provincia.” En el año siguiente fue publicado un libro didáctico de geografía con, exactamente, las determinaciones referidas en la ley: *Elementos de Geografía universal – General de Brasil y especial de Pernambuco para la infancia escolar de la provincia de Pernambuco*, de autoría de Manuel Pereira de Moraes Pinheiro y editado por la Typographia Mercantil. En este artículo analizamos la relación entre la ley y la publicación de ese material didáctico, buscando entender el papel de los legisladores y de los autores de los libros didácticos.

Palabras-clave: Libro didáctico, Historia de las asignaturas escolares, Enseñanza de Geografía, Autor, Legislación.

INTRODUÇÃO

Na busca por compreendermos a contribuição dos autores de livros didáticos elaborados ou publicados no Nordeste brasileiro, e que tratem sobre algum dos estados dessa região na constituição da disciplina escolar geografia, demos início a uma catalogação dessas publicações em dois estados da região, a saber, Paraíba e Pernambuco. Para iniciarmos a catalogação, organizamos uma lista de bibliotecas onde pudéssemos encontrar tais materiais. Dentre elas, destaca-se o Gabinete Português de Leitura, localizado na cidade do Recife – PE, pelo seu acervo muito rico em número de publicações e qualidade das obras, entretanto, com problemas sérios de conservação, organização e segurança dos livros. A partir da pesquisa feita nessa biblioteca, elaboramos uma lista com 16 compêndios e manuais de geografia publicados entre o século XIX e os anos de 1940.

Entre os livros que encontramos daremos destaque, neste texto, a obra *Elementos de Geographia Universal – Geral do Brazil e Especial de Pernambuco para a Infância Escolar da Província de Pernambuco*, publicado pela Typographia Mercantil em 1875, e a seu autor, Manoel Pereira de Moraes Pinheiro: mestre renomado daquela cidade, membro do Conselho Literário da Instrução Pública de Pernambuco e professor de geografia do Gymnasio Pernambucano.

A escolha dessa obra para análise se deve a algumas especificidades dela e ao papel que, supomos, ter tido o seu autor no campo do ensino de geografia naquela província durante o século XIX. Sobre o livro, vale ressaltar que ele destinava-se às Escolas Públicas de Ensino Primário da Província de Pernambuco. Para que fosse adotado pelas Escolas Públicas, o livro passou pelo crivo do Conselho Literário da Instrução Pública de Pernambuco, no ano da sua publicação. A sua aprovação não se deu por unanimidade dos conselheiros, houve críticas e o livro foi aprovado em caráter provisório (PINHEIRO, 1877).

A publicação de livros didáticos neste período estava sendo ampliada no Brasil e alguns autores encomendavam particularmente a publicação de seus compêndios, visando um mercado local (HALLEWELL, 2003). O livro segue exatamente esse projeto, elaborado pelo professor de uma renomada escola da cidade do Recife que encomendou a sua publicação e autografou cada um dos volumes, “para evitar falsificações” (PINHEIRO, 1875, p. 04).

O livro é composto por 171 páginas, dividido em três unidades que seguem a legislação estabelecida para o ensino da geografia pelo governo da Província de Pernambuco: Geografia Geral, do Brasil e de Pernambuco. Na leitura desse livro, não observamos propostas de inovações metodológicas ou de abordagens dos conteúdos; o autor advoga o uso do “methodo theorico, decorando os alunos as lições; e um methodo pratico, fazendo-os reproduzir na pedra ou no papel as cartas geographicas geraes ou particulares relativas as lições” (PINHEIRO, 1875, p. 5). Está, portanto, organizado como um catecismo, com ênfase nos conceitos, nomenclaturas e na localização dos fenômenos geográficos, bastante comuns na época. Também não inova no campo das ilustrações, pois não traz mapas e nem gravuras. O formato do livro segue o tamanho padrão das edições didáticas do período, ou seja, 11 cm de largura por 15,5 cm de altura. Na organização e distribuição dos conteúdos pode-se perceber o predomínio de temas sobre a Europa. Os outros continentes são tratados de maneira mais superficial e, como o título anuncia, há uma parte dedicada às províncias brasileiras, com destaque para Pernambuco.

Como se pode verificar, esse livro não foi escolhido para ser analisado pelo seu papel inovador no ensino de geografia; os motivos que nos chamaram a atenção nessa publicação não foram efetivamente as suas qualidades pedagógicas, geográficas ou estéticas, mas sim a condição em que ele foi publicado.

A publicação dessa obra está envolta em uma questão um tanto quanto intrigante: o livro foi publicado em janeiro de 1875, portanto, seis meses após a aprovação da lei número 1:143, art. 33, inciso 7º, de 8 de junho de 1874, destinada a regular a educação daquela província e que, em um inciso sobre o ensino de história e geografia, “Determinou: o ensino dos elementos de Historia e Geographia universal Historia e Geographia do Brazil e especialmente desta província” (PINHEIRO, 1875, p. 3). O próprio autor cita a lei na introdução do seu livro.

Partindo dessas considerações, algumas questões que se evidenciam podem orientar a nossa análise, entretanto, devemos ter cautela com relação a encontrar respostas simples e

imediatas para perguntas que são deveras complexas. A referida lei, que advoga maior ênfase ao ensino de geografia e história de Pernambuco, era um fato isolado e específico daquela província ou compunha um movimento entre as províncias brasileiras naquela época? O que motivava o poder pernambucano a criar uma lei que obrigasse os professores de história e geografia a trabalharem o conteúdo específico daquela província? O livro foi publicado tendo em vista a necessidade das escolas cumprirem a legislação que entrara em vigor no ano anterior ou a lei foi criada para dar vazão e difusão ao referido livro? Por que o livro de um professor renomado e membro do Conselho Literário da Instrução Pública de Pernambuco (órgão que avaliava e aprovava os livros didáticos a serem adotados nas escolas públicas de Pernambuco) seria publicado seis meses após a aprovação da lei? Será, como nos orienta Michael Apple (1982, 2002), que se pode falar de grupos no comando da educação pernambucana nesse período? Se podemos, que grupos se encontravam no comando da educação da província no período? Que relação o autor mantinha com esses grupos?

Nesta publicação, apresentaremos apenas algumas considerações sobre esses questionamentos, visto que as respostas efetivas virão com o desenvolvimento e a superação de problemas encontrados durante a pesquisa¹, além disso, estamos buscando outras fontes alternativas para que possamos melhor respondê-las.

O AUTOR, SEU PAPEL COMO PROFESSOR E OS MEANDROS DA PUBLICAÇÃO

Na tentativa de seguir a ordem dos questionamentos supracitados, devemos apresentar e discutir primeiramente o debate que hoje se desenrola sobre a disciplina escolar geografia no século XIX. Segundo Vlach (2004), a geografia escolar brasileira, nesse período, estava fundada em uma abordagem que havia sido difundida na obra do Padre Manuel Aires de Casal, *Corographia Brasílica*, de 1817 e nas publicações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB. Com base nos livros didáticos de geografia do século XIX, que estamos analisando há três anos, essa afirmação deve ser discutida, pois temos encontrado uma série de autores de livros didáticos do referido período que adotaram outros referenciais teóricos e bancos de dados para a elaboração dos seus compêndios e manuais. Citaremos aqui apenas um exemplo, para não nos estendermos muito. No *Compêndio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil*, Thomaz Pompeu de Souza Brasil (1859) afirma usar como referência teórica para a elaboração do seu compêndio as seguintes publicações: *Anuário de Garnier*, *Almanak de Gotha*, *Revista dos Dous Mundos*, *Jornaes Literários e Científicos* para a parte política do mundo. Para explicar os fenômenos astronômicos e físicos, acrescentou notas ilustrativas tiradas das obras de Humbolt, Ganot, Lecoq, Moureau de Jones, Malte Brun, Bouvillet e outros. Sobre o Brasil, recorreu às revistas do IHGB, mas também fez levantamentos junto aos presidentes das províncias e a pessoas importantes, em virtude da imprecisão dos dados existentes.

Com base no que encontramos, acreditamos que os conteúdos de geografia, no período em questão, poderiam ser referendados na obra de Aires de Casal, entretanto, outros autores também serviam de fonte de consulta quando da elaboração dos livros didáticos. Como vimos, até mesmo revistas e jornais eram utilizados com essa finalidade. Não queremos aqui dizer que a obra de Casal não foi referencial para o período, entretanto, ela e as revistas do IHGB não eram as únicas fontes de consultas.

Um segundo ponto nesse debate é importante para melhor compreendê-lo. A autora Vânia Vlach (1988, 1991) advoga que o nacionalismo patriótico, tão importante na constituição da geografia escolar, esteve entre os temas que compunham o rol de conteúdos dessa disciplina, desde a criação do Estado-nacional na Europa e traz essa abordagem para analisar a disciplina escolar brasileira. Segundo Rocha (1996), a questão do nacionalismo patrióti-

¹ Durante o período de catalogação dos livros no Gabinete Português de Leitura, alguns problemas atrapalharam o andamento do nosso trabalho. Em princípio, as goteiras da biblioteca nos deixaram dois dias impedidos de trabalhar. Depois, quando retomamos as atividades e tínhamos como propósito analisar o referido livro, a obra havia desaparecido da biblioteca. Duas possibilidades cercavam esse desaparecimento, ele poderia estar entre os livros que foram furtados no mês de agosto de 2007 ou estaria entre os volumes retirados das prateleiras, em função da chuva. Somente, em junho de 2008, recebemos uma mensagem da bibliotecária (a quem agradecemos a presteza) avisando que o livro havia sido encontrado e estava disponível para a pesquisa.

co somente aparece como propósito da disciplina escolar geografia a partir do momento em que “o projeto nacional de nossas elites começa a se consolidar...” (1996, p.288). Corroborando com Vlach, Bittencourt (2004) compreende que o nacionalismo patriótico foi temário presente no ensino de história desde o início da organização do sistema escolar brasileiro.

Com base nas pesquisas que estamos desenvolvendo, compreendemos que o nacionalismo passou a compor o conteúdo do ensino dessa disciplina quando a geografia do Brasil foi institucionalizada como disciplina e os livros didáticos passaram a tratar das questões relativas ao país. Ou seja, esse debate foi introduzido na escola pelas publicações didáticas brasileiras. Pois, enquanto os livros didáticos utilizados eram importados, esses, em geral, não traziam conteúdos sobre o Brasil e quando o faziam era de forma muito superficial. Podemos comprovar tal afirmação a partir do que nos diz José Veríssimo no ano de 1890: “Apesar da pretensão contrária, nós não sabemos geografia. Nesta matéria, a nossa ciência é de nomenclatura e, em geral, cifra-se à nomenclatura geográfica da Europa. (1985, p. 03).

Como podemos verificar, a denúncia desse autor nos leva a compreender que os livros didáticos no final do século XIX ainda valorizavam significativamente um conhecimento geográfico sobre a Europa e, em alguns deles, eram incluídos outros continentes. A nomenclatura recitada referia, em geral, às províncias européias, aos aspectos físicos e aos dados populacionais dos países daquele continente. Além disso, se abordava aspectos do que se denominava geografia geral, ou seja, astronomia e cartografia.

Temos ainda outra referência que pode ajudar a elucidar essa questão, o livro *Lições de Geographia*, de Abbade Gautier (1855). Segundo o autor dessa obra, a primeira edição, anterior a que lemos, trazia apenas oito páginas de conteúdos sobre o Brasil, em um total de 422 páginas. Na edição que manuseamos, esse número havia saltado para 40 páginas e o livro continuava com o mesmo total de páginas anterior. Além desse livro encontramos outros manuais em francês ou mesmo traduzidos para o português de Portugal, em que o Brasil não aparecia como conteúdo ou era abordado de forma muito superficial. Pelo que encontramos, os livros traduzidos pouco se referiam aos conteúdos de geografia do Brasil. Isto vai ocorrer com as publicações de obras brasileiras e com a difusão delas pelo país. Desse modo, podemos considerar que nos livros didáticos de geografia que eram utilizados nas escolas brasileiras, especialmente no início do século XIX, havia poucas referências a geografia do Brasil, tanto por falta de fontes e dados para os autores de livros didáticos, quanto porque os livros eram elaborados fora do país e, muitas vezes, traduzidos sem uma adaptação a nossa realidade.

Acreditamos que o debate republicano, em meados do XIX, o aumento das publicações sobre a geografia e história do Brasil, os exames para ingresso na universidade e a institucionalização da disciplina geografia do Brasil, é que o nacionalismo patriótico passou a compor, mais sistematicamente, os conteúdos dos livros didáticos de geografia. Além de José Veríssimo, ainda em 1890, reclamar da falta de patriotismo nos livros didáticos no início do século XX, Delgado de Carvalho (1913) convida os professores a trabalharem uma geografia pátria. “É pelo conhecimento do país, pela consciência de suas forças vivas que podemos chegar a apreciá-lo a seu justo valor.” (p. IX e X).

Nessa perspectiva, podemos compreender que o debate acerca do nacionalismo, a partir de meados do século XIX, deu um novo significado a escola e requeria dessa a difusão de uma abordagem geográfica local ou, como se afirmava na época, corográfica. Se a escola teria, como um dos seus papéis, difundir o nacionalismo, então essa instituição deveria valorizar as realidades mais próximas dos alunos, especialmente em se tratando das primeiras letras, que abrangia um número maior de alunos das diferentes classes sociais. Compreendemos que nesse contexto havia, em algumas províncias, uma valorização significativa da geografia local, o que nos orienta a pensar que o debate que se deu em Pernambuco, não era um fato isolado, mas sim algo que ocorria também em outras províncias. Até o momento, não encontramos em outras províncias leis, como aquela de Pernambuco, que estabelecesse o mesmo propósito, porém, encontramos alguns livros didáticos que trazem uma organização muito próxima e que foram elaborados com o mesmo objetivo daquele que estamos analisando. Além disso, muitos deles foram autorizados e referendados por órgãos públicos destinados a este fim e bastante elogiados em críticas jornalísticas por tratarem temas locais em livros destinados à escola. Temos como exemplos, *Compendio de Geographia da Provincia do Paraná: adaptado ao ensino da mocidade brasileira*, de Luiz de França Almeida e Sá (1871); *Geographia Alagoana ou Descrição Phisica, Politica e Histórica da Provincia das Alagoas*, de Thomaz

Bonfim Spindola (1871); *Geographia do Estado de Minas Gerais*, de Francisco Lentz de Araújo (1894); *Fragmentos para a Chorographia do Maranhão*, de Justo Jansen Ferreira (1901). Como podemos verificar, esses livros foram publicados entre os anos 1870 e 1901, o que indica uma tendência do período.

Assim, compreendemos que a publicação do livro *Elementos de Geographia Universal – Geral do Brazil e Especial de Pernambuco para a Infância Escolar da Província de Pernambuco* compunha um movimento que acontecia também em outras províncias. E o que norteava esse debate eram as idéias nacionalistas e o papel de cada província frente a essa questão.

Para compreendermos as relações que norteavam o poder educacional na província de Pernambuco no século XIX, e o papel do professor Manoel Pereira Moraes Pinheiro no cenário local, é importante resgatar as funções cumpridas por esse autor. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, lente² de geografia do Gymnasio Pernambucano, onde foi nomeado para assumir a regedoria em 1874; tinha papel preponderante na seleção e aprovação de materiais didáticos, visto que era membro do Conselho Literário de Instrução Pública de Pernambuco.

O Gymnasio Pernambucano, onde Manoel Pereira foi professor entre os anos de 1873 a 1880, foi uma instituição renomada na cidade do Recife, fundado no ano de 1825 por decreto de José Carlos Mayrink, presidente da província de Pernambuco, sob o nome de *Liceu Provincial de Pernambuco*, funcionou inicialmente nas dependências do convento do Carmo, porém, teve outros endereços. De 1844 a 1850, foi instalado em um sobrado da rua Gervásio Pires; nos torreões da Alfândega; no primeiro andar da Companhia dos Operários Engajados; na casa das sessões do Júri; na rua da Praia e no Pátio do Paraíso. Em 1850, mudou-se para a Rua do Hospício, permanecendo naquele local por 16 anos. Somente em 1855, uma Lei converteu o Liceu Provincial de Pernambuco em um internato de educação pública e de instrução secundária, sob o título de Gymnasio Pernambucano. Nesse mesmo ano teve início a construção do novo prédio na Rua da Aurora, onde se encontra até os dias atuais (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2007).

Como os Liceus de outras cidades, essa instituição teve importante papel na educação pernambucana. Nos textos referentes aos relatórios dos presidentes da Província de Pernambuco (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2007). ao longo de todo o século XIX, se pode perceber que essa escola, em alguns momentos, foi centro da atenção dos governistas e, em outros, ficou praticamente abandonada. Por vários anos seguidos, especialmente a partir da sua transformação em Gymnasio Pernambucano, é recorrente o pedido de sua equiparação ao Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, visto que aquela escola tinha seus exames referendados para ingresso dos seus alunos na academia. O pedido para que os exames do Gymnasio Pernambucano fossem aceitos pela academia trazem como argumento a idéia de que esse fato seria responsável pelo ingresso de um número muito maior de alunos na escola. Em alguns anos, os regedores dessa escola fazem previsões numéricas de ingresso de alunos, caso os exames do Gymnasio fossem equiparados ao do Collegio das Artes, no Recife, ou ao Pedro II, no Rio de Janeiro.

No ano de 1873, o Presidente da província se queixa de que a instituição não cumpre mais os fins para os quais foi criada, ou seja, ser uma escola secundária, e advoga mesmo a possibilidade de juntá-la ao Colégio das Artes. Além dessas questões, em outros relatórios se evidencia o fato de que essa escola havia se transformado em uma instituição voltada para o ensino primário.

Sabemos que ser lente de um liceu tinha, naquela época, grande significado para um professor. Desse modo, seria importante para Manoel Pereira de Moraes Pinheiro ingressar nessa instituição, como o fez. Ele foi admitido no dia 21 de dezembro de 1873, como professor da cadeira de geografia, em substituição ao professor Dr. Antonio Rangel de Torres Bandeira. Segundo consta nos arquivos do período imperial, ele se ofereceu para trabalhar nessa instituição sem direito a vencimentos. No ano seguinte, ele é indicado pelo presidente da província e assume o cargo de regedor do Gymnasio Pernambucano. Segundo consta, “esse cargo de regedor era um dos mais importantes pela influencia que exerce nos costumes e moral dos

² A palavra lente era uma expressão utilizada para se referir aos professores do ensino superior ou de escolas secundárias na época.

alunos” (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES: 2007, p. 23). É preciso destacar que no ano do seu ingresso a escola passava por dificuldades e tinha o maior número de alunos matriculados no ensino primário.

As condições em que se dá o ingresso de Manoel Pereira de Moraes Pinheiro nessa escola nos leva a alguns questionamentos. Qual era a sua condição social para se dispor a trabalhar sem receber remuneração pela atividade desenvolvida? Por que ingressar em uma escola que estava perdendo status e se tornando uma escola de ensino primário? Quais eram os seus reais interesses frente ao ensino primário? Por que um ano após o seu ingresso ele já se torna o regedor da escola? Essas questões não podem ser respondidas a partir dos documentos a que tivemos acesso até o momento. Entretanto, podemos levantar algumas hipóteses e discuti-las. Antes disso é importante verificarmos a sua atuação frente à seleção de livros didáticos para a escola pública em órgão destinado a esta finalidade.

Como membro do Conselho Literário de Instrução Pública de Pernambuco, Manoel Pereira de Moraes Pinheiro (1877) teve uma grande atuação na reprovação da obra de um autor baiano que tentava ter o seu livro didático adotado nas escolas pernambucanas. Esse episódio resultou na publicação do seu parecer que reprovava um primeiro parecer, elaborado por Dr. Ezequiel Franco de Sá, e que era favorável a adoção do livro didático *O Atlas de Geografia*, de J. E. da Silva Lisboa, pelas escolas públicas primárias e secundárias de Pernambuco. Nesse texto composto de 26 páginas, Manoel Pereira apresenta em relato detalhando os motivos porque aquela obra não deveria ser aprovada pelos conselheiros dessa instituição. No parecer fica evidente que ele buscava desqualificar o livro do seu possível concorrente baiano. Para tanto, recorreu a lei 1:143 de 8 de junho de 1874, – a mesma a que recorreu para aprovar o seu livro no mesmo órgão – visando afirmar que o *Atlas Geográfico* do Sr. Lisboa, não servia para as escolas públicas de Pernambuco, por não cumprir o programa estabelecido para os exames do Collegio das Artes. Além disso, acusava o livro de não cumprir as “[...] condições progressistas da sciencia nestes últimos anos” (PINHEIRO: 1877, p. 11). Dando seqüência a seus argumentos, discorre sobre a ausência de nomenclatura de rios, montanhas e cidades específicas sobre cada um dos países europeus, para tanto, compara o referido livro com a apostila do Gymnasio Pernambucano e com a sua própria obra. Diferente do seu, o livro do Sr. Lisboa trazia mapas, e para não elogiar essa inovação, passou a comparar a qualidade das representações cartográficas desse livro com as cartas publicadas pelo Barão Homem de Mello.

Sua postura diante da reprovação do livro do seu concorrente; a publicação do seu parecer pela Typographia do Jornal do Recife, que não era uma coisa comum; assim como o fato dele ter assumido a escola sem receber vencimentos, exatamente no momento em que o número de matrículas no primário era bem maior, e ainda ter se tornado regedor dessa escola com apenas um ano como professor nos leva a crer que Manoel Pereira de Moraes Pinheiro era uma pessoa que tinha propósitos estabelecidos.

Entre as publicações daquela província, no período, não existiam outros livros didáticos de geografia que pudessem cumprir o que fora prescrito pela lei 1:143. Somente no ano de 1880 – ano da sua morte – é que foi publicado na cidade do Rio de Janeiro um outro livro que cumpria o que estava prescrito nessa lei: *Compendio de Geographia Universal: especial do Brazil e da provincia de Pernambuco*, de Salvador Henrique de Albuquerque.

Assim, Manoel Pereira de Moraes Pinheiro continuou por alguns anos comercializando seu livro nas escolas públicas daquela província sem encontrar concorrentes. A sua obra era a única que cumpria efetivamente o que o poder público exigia para o ensino de geografia.

Após esse levantamento, podemos fazer algumas considerações acerca da publicação da obra de Manoel Pereira de Moraes Pinheiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos perceber, esse autor de livros didáticos tinha uma condição econômica que lhe favorecia: formou-se Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, o que lhe indicava uma situação social estável. Também não precisava de salário para sobreviver, o que não era muito comum aos professores da época. Tendo em vista a expansão das atividades da imprensa, ele mesmo financiou a publicação do seu livro, como era comum a alguns professores de

províncias que tinham condições econômicas para tanto.

Partindo de todas as considerações levantadas até o momento, formulamos algumas hipóteses sobre a publicação dessa obra. Na primeira delas, compreendemos que ele escreveu seu único livro didático tendo como objetivo levar às escolas públicas primárias de Pernambuco um material que favorecesse o cumprimento da lei 1:143 de 8 de junho de 1874. Assim, seis meses após a adoção dessa lei, ele já estava com uma obra pronta para ser comercializada. E isso era fruto do seu trabalho junto à escola onde lecionava na qual, posteriormente, se tornou regente. Sua experiência de um ano como professor de geografia tinha sido relevante para a elaboração do seu livro, de modo que o fato de ele ter assumido as aulas de geografia, mesmo sem receber salário, foi apenas uma motivação para a sua atividade enquanto escritor de um livro didático. Ele teve seu livro aprovado pelo Conselho Literário da Província de Pernambuco somente por mérito da obra. Com tudo isso, Manoel Pereira de Moraes Pinheiro não teria ligações com o poder central e sua publicação e adoção nas escolas públicas da província de Pernambuco foi apenas um reconhecimento do seu trabalho. De antemão, consideramos que esta seja uma hipótese muito difícil de se comprovar, visto que todos os cargos públicos que eram assumidos na província passavam pela aprovação do presidente e estavam sujeitos a extinguirem-se de acordo com os grupos que assumiam o poder estatal. Assim, acreditamos que seria muito difícil para esse autor chegar até onde chegou somente por méritos da sua publicação.

A segunda hipótese com a qual trabalhamos, e que entendemos ser a mais provável, é que o professor Manoel Pereira de Moraes Pinheiro escolheu o Gymnasio Pernambucano para lecionar gratuitamente, exatamente no momento em que essa escola estava aumentando o número de matrículas para o ensino primário, com o intuito de difundir a sua obra, ter mais status social e ter o seu trabalho aprovado pelo Conselho de Literatura da Província de Pernambuco e, assim, ter o seu livro adotado nas escolas públicas primárias. Essa hipótese nos levaria a compreender que o poder instituído naquela província compactuava com as pretensões do bacharel e que ele usava o seu poder, como regente de escola e membro do Conselho literário, para beneficiar-se particularmente com o comércio do seu livro didático. Nessa perspectiva é que compreendemos a sua posição tão severa quando orienta os membros do Conselho de Literatura para que não aprovem o *Atlas de Geographia* do Sr. Lisboa, pois esse seria um livro que poderia concorrer no mercado com o seu.

Outras hipóteses ainda podem ser elaboradas, entretanto, estamos trabalhando com essas duas, tendo em vista os documentos que consultamos e as análises que fizemos deles. Desse modo, queríamos deixar claro que esta pesquisa ainda não está encerrada e que pretendemos buscar outros órgãos públicos de Pernambuco que possam nos fornecer documentos para nos orientar sobre a relação entre o poder estatal, a figura desse professor de geografia e a publicação e adoção de livros didáticos.

O certo é que não sabemos ainda se o livro surge como necessidade de se cumprir um programa estabelecido em lei, ou se a lei foi criada para dar vazão a uma publicação de uma pessoa deveras influente no meio educacional. O certo é que ele foi adotado nas escolas públicas daquela província e, segundo o seu autor, representava um custo elevado para as famílias.

Essa pesquisa não se define isoladamente, ela contribui para um trabalho maior que estamos fazendo sobre os livros didáticos de geografia no Nordeste brasileiro e a contribuição dos seus autores na constituição da disciplina escolar. Desse modo, compreendemos que a análise do papel desse professor poderá nos levar a entender como se dava a seleção de conteúdos e das abordagens pedagógicas e geográficas para a disciplina escolar ou mesmo como se constituíam os currículos naquele período. Além disso, nos possibilitará compreender qual foi efetivamente o seu papel na história da geografia escolar nordestina.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. *Livros didáticos regionais: uma contribuição para a história da disciplina escolar geografia*. In. Anais do I Encontro Norte e Nordeste de História da Educação/ V Encontro cearense de historiadores da educação. Guarimiranga, Ce: UFCE, 2006. p. 59 – 70.

_____. *Livros didáticos publicados em Pernambuco e Paraíba: contribuições para a história*

- da disciplina escolar geografia*. In: Anais do VI Fala professor. Uberlândia: AGB, 2007. p. s/n.
- _____; MOURA, Dinaever Lima de. *Livros didáticos de geografia: a construção de uma pesquisa* – relato de uma iniciante e sua orientadora. In: Anais do VII Encontro Cearense de Historiadores da Educação. Barbalha, Ceará: UFCE, 2008. p. 1329 – 1337.
- ALBUQUERQUE, Salvador Henrique de. *Compendio de Geographia Universal: especial do Brazil e da provincia de Pernambuco*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Typ. Universal de E. & H. Laemmert, 1880.
- ARAÚJO, Francisco Lentz de. *Geographia do Estado de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., 1894.
- BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. *Compendio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Domingos José Gomes Brandão, 1859.
- BITTENCOUT, Circe Maria. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. *Geographia do Brasil – Geographia Geral* Tomo I. Rio de Janeiro: Empresa Foto-Mecânica do Brasil, 1913.
- CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Edições Cultura, 1945.
- EPPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional? In: *Currículo, cultura e sociedade*. 6ª ed. MOREIRA, A. F. e SILVA T.T. de. São Paulo: Cortez, 2002. p. 59 – 91.
- FERREIRA, Justo Jansen. *Fragmentos para a Chorographia do Maranhão*. Maranhão: Typ. A. P. Ramos d Almeida & C., 1901.
- Abbade GAUTIER. *Lições de Geographia*. 2ª ed. Paris: Casa de Vª J. P. Aillaud, Monlon e Cª, 1855.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil – sua história*. 2º ed. São Paulo: Edusp, 2005.
- JOFFILY, Irineo. *Notas sobre a Parahiba*. Rio de Janeiro: jornal do Comercio, 1892.
- PINHEIRO, Manoel Pereira de Moraes. *Elementos de Geographia Universal – Geral do Brazil e Especial de Pernambuco para a Infância Escolar da Provincia de Pernambuco*. Recife: Typographia Mercantil, 1875.
- _____. *O Atlas elementar de Geografia do Sr. J. e. da Silva Lisboa*. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1877.
- ROCHA, Genylton Odilon Rego da. *A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1839 – 1942)*. São Paulo: PUC/SP, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação e Currículo).
- SÁ ALMEIDA, Luiz de França e. *Compendio de Geographia da Provincia do Paraná: adaptado ao ensino da mocidade brasileira*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1871.
- SPINDOLA, Thomaz Bom-Fim. *Geographia Alagoana ou Descrição Phisica, Politica e Histórica da Provincia das Alagoas*. Maceió: Typographia do Liberal, 1871.
- VALCH, Vânia Rubia Farias. *A Propósito do ensino de geografia: em questão, o nacionalismo patriótico*. São Paulo: USP, 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia).
- _____. *Geografia em Construção*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1991.
- _____. O ensino de geografia no Brasil: uma perspectiva historiográfica. In: VESENTINI, José William (Org.). *O ensino de Geografia no século XXI*. Campinas - SP: Papirus, 2004. P. 187 – 218.
- VERISSIMO, José. *A Educação Nacional*. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Gymnasio Pernambucano. Disponível em <<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=304&textCode=673&date=currentDate>>

Acesso: 05 de outubro de 2007.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Provincial Presidential Reports (1830 – 1930). Disponível em <<http://www.crl.edu/content/provopen.htm>> Acesso: 02 de outubro de 2007.

Recebido para publicação dia 05 de março de 2009

